

Vacina JÁ!
Em defesa do SUS!
Contra o negacionismo!

PUCViva

Edição Especial nº 86- 07/03/2022

Jornal semanal da APROPUC e AFAPUC

EM CLIMA DE INSEGURANÇA PUC-SP RETOMA AULAS PRESENCIAIS

Professores continuam mobilização pelo adiamento das atividades

A PUC-SP retomou na quinta-feira, 03/3, as aulas em caráter presencial. Como já era previsto uma série de situações de risco foram detectadas: aglomerações de estudantes em espaços internos e externos da PUC-SP, com muitos jovens sem máscaras, salas cheias e sem ventilação, restaurantes fechados.

Não foram poucos os professores e funcionários que relataram ao *PUCviva* seu temor diante da situação de risco a que estavam submetidos. Nos bares ao redor do campus Monte Alegre centenas de estudantes se aglomeravam na tradicional recepção dos Centros Acadêmicos e na quadra lotada a bateria da FEA tocava para um público que em boa parte não se utilizava das máscaras, o controle de entrada não era feito de maneira eficiente e as carteiras de vacinação em muitas vezes não eram pedidas, em

muitos setores administrativos não havia disponível álcool para a higienização dos equipamentos e telefones que são compartilhados.

Os funcionários estavam dentro de seu escalonamento de trabalho que, a princípio, previa turnos de seis horas, com quinze minutos de intervalo, três vezes por semana, cumpridas dentro do horário estabelecido em seu contrato de trabalho. Com o fechamento do Restaurante Universitário, os bares ao redor do campus Monte Alegre ficavam lotados, impedindo que o intervalo de quinze minutos pudesse ser cumprido. Alguns funcionários têm problemas com doenças pré-estabelecidas, necessitando se alimentar em horários determinados.

REUNIÃO ABERTA

Essas situações vieram corroborar as análises feitas pelos professores em sua



Estudantes se reúnem na quadra para ouvir a bateria da FEA

reunião aberta de 02/3: os gestores da PUC-SP estão expondo desnecessariamente a sua comunidade a uma situação de risco intenso. Professores com comorbidades relataram que não

compareceriam às aulas nestas primeiras semanas em virtude do risco de contaminação. Novamente a as

Continua na página seguinte

ASSEMBLEIA DOS PROFESSORES

ONLINE



APROPUC

PAUTA:

- RETORNO PRESENCIAL E PROTOCOLOS DE SEGURANÇA

07/03, ÀS 17H

Entre em contato com a APROPUC via whatsapp para receber o link da reunião - Tel: (11)3872-2685

continuação da página anterior

essoria do Sírio Libanês foi questionada, uma vez que faltou à universidade transparência para que também os representantes de professores, funcionários e estudantes estivessem presentes nas avaliações médicas e sanitárias, e que tivessem acesso aos laudos de adequação dos espaços.

Na assembleia foi relatada a negativa de liminar à ação impetrada pela APROPUC e o Sinpro-SP solicitando o adiamento das atividades presenciais, porém a ação segue o seu curso no Tribunal Regional do Trabalho.

Outra atitude que os professores decidiram tomar foi chamar, juntamente com o Sinpro-SP uma mesa redonda em caráter emergencial para discutir com a Reitoria e a Fundasp a situação a que estão submetidos os docentes da universidade, especialmente aqueles com comorbidades.

Os professores decidiram também continuar com os contatos com parlamentares e utilizar os mecanismos que foram propostos para a divulgação da situação da PUC-SP. Na semana passada em um encontro com o deputado Carlos Gianazzi foi disponibilizada a utilização de espaços na TVAlasp e audiência pública na Assembleia Legislativa.

A APROPUC está convocando mais uma assembleia on-line de professores para discutir novos posicionamentos com respeito ao retorno presencial e protocolos de segurança. O encontro acontece nesta segunda-feira, 7/3, às 17h.

Imagens do retorno presencial

Ao lado uma sala de aula lotada no prédio novo; abaixo, à direita as filas no corredor SAE e ao lado os bebedouros adaptados com torneiras somente para garrafinhas d'água.



STEFANE MATTOS



Estudantes realizam reunião pela volta do bandejão



No dia 3/3 aconteceu a assembleia PUC Sem Fome, promovida pelo coletivo Da Ponte Pra Cá, que reivindicou a reabertura do bandejão que foi fechado por conta da pandemia.

Após 2 anos de ensino remoto, a PUC, com sua volta presencial, estabeleceu algumas medidas que incluem fechamento da praça de alimentação e o bandejão. O bandejão é muito utilizado pela comunidade puquiãna, já que oferece preço popular a estudantes bolsistas, Prouni e Fundasp, tem direito à gratuidade de uma refeição, duas para quem é de curso integral. O coletivo exige a reabertura imediata do bandejão e a ampliação da gratuidade para alunos Fies



PUCviva

Publicação da Associação dos Professores da PUC-SP e da Associação dos Funcionários da PUC-SP

Edição: Valdir Mengardo

Reportagem e Fotos: Sthefane Mattos

Revisão: Marina D'Aquino

Edição de Arte /Editoração : Valdir Mengardo e Ana Lucia Guimarães

Conselho Editorial: Maria Betriz Abramides, João Batista Teixeira, Jason T. Borba, Victoria C. Weischtordt, Maria Helena Gonçalves Soares Borges e Sandra Costa

APROPUC: Rua Bartira, 407 - Cep 05009-000 - Fone 3872-2685

AFAPUC: Rua Ministro Godoy, 1055 - Fone 3670-8208

PUCviva: Fone/WhatsApp: 3872-2685

Correio Eletrônico: pucviva.jornal@uol.com.br

Pucviva na internet: www.apropucsp.org.br

Fala Comunidade

O perigo da volta às aulas e a mobilização dos professores

Plínio Gentil

A maioria das faculdades particulares está retomando, ou em vias de retomar, as aulas presenciais. Seus gestores alegam arrefecimento da pandemia do Covid e dizem atender a uma reivindicação de alunos e seus familiares.

A verdade é bem outra: com dois anos de ensino online, muitas faculdades dispensaram professores e duplicaram o número de alunos por sala de aula. Com isso reduziram custos com folha de pagamentos e algumas até aumentaram seus lucros, pois as mensalidades não foram reduzidas. Fora a economia com energia elétrica, equipes de limpeza e outros serviços.

A tal reivindicação dos alunos é bem diferente daquela alegada pelas faculdades privadas: o que eles sempre pretenderam, desde a oficialização do ensino remoto, foi a diminuição das mensalidades ao nível daquelas cobradas pelos cursos dados na forma de EAD (ensino à distância), pois, na verdade, este foi o tipo de ensino que passou a ser ministrado. Então está bem claro o que desejam as faculdades, que têm o lucro por meta e a educação por mercadoria: assegurar a fidelidade da sua clientela, que é como chamam os alunos, sem reduzir seus preços.

Só que, como tudo custa, a maioria dessas faculdades pouco está fazendo para garantir que professores, alunos e funcionários sejam preservados do contágio do coronavírus, cada vez mais multiplicado em novas vari-

antes. Várias e várias declaradamente se recusam a exigir o passaporte de vacinação. Turmas de alunos, muitas das quais duplicadas na pandemia, continuarão a ter suas aulas nas mesmas salas desprovidas de recursos adequados para diminuir o risco de contágio. Muitas dessas salas, mesmo em universidades de ponta, permanecem do mesmo tamanho, com acomodações amontoadas, pouca ventilação e nenhum distanciamento entre os alunos. As respectivas mantenedoras, quando se manifestam, simplesmente alegam que não podem fazer diferente, que a maioria está vacinada e que, afinal de contas, o Covid já não está matando tanto como antes - o que é só meia verdade, pois num país que contabiliza 650 mil mortos não é qualquer redução no índice de óbitos que dará motivos para cessarem os cuidados com o vírus. Na maioria dos casos, essas mantenedoras não apresentam qualquer política para integrantes dos grupos de risco, seja entre professores, estudantes ou funcionários.

Em uma respeitável universidade privada de S. Paulo os professores foram simplesmente convocados para dar aulas a partir de determinado dia, sem espaço para diálogo a respeito da conveniência e oportunidade desse retorno, que, para piorar as coisas, está acontecendo logo após o fim de semana do carnaval, ocasião em que sabidamente há reuniões, festas e inevitáveis aglomerações, potencializando o contágio, que só vai produzir danos nas semanas se-

guintes. Não disponibilizaremos água potável, nem microfone, nem máscaras ou álcool, e não se observará distanciamento, anuncia-se. Assim mesmo.

A resistência e mobilização de professores os têm levado, em diversos pontos do estado, a permanecer em assembleias permanentes e a procurar canais para reivindicar aquilo que é o mais básico e que nem precisaria ser reivindicado: o mínimo respeito ao seu direito à saúde e à vida, justamente após dois anos em que todos, rigorosamente todos, conviveram com dramas e perdas decorrentes da pandemia, que poderiam em parte ter sido evitados se tivéssemos políticas públicas pautadas pela ciência e voltadas para a preservação de vidas humanas.

Nessa batalha pelo óbvio os sindicatos e as associações de professores têm exercido um papel central: como representantes desses trabalhadores, podem agir soberanamente, sem colocar em risco o emprego de cada qual, coisa que nenhum professor individualmente conseguiria fazer sem a certeza da pronta demissão. O que comprova que essas entidades coletivas, mesmo após a reforma trabalhista, que de todas as formas procurou asfixiá-las, seguem como a única força capaz de exigir direitos fundamentais para os professores, contra a máquina poderosa das empresas privadas de ensino. Em S. Paulo e em algumas cidades do interior há notícias de representações ao Ministério Público do Trabalho e mesmo de ações judiciais pedindo medidas urgentes para evi-

tar o pior, pois é evidente o periculum in mora: depois que o vírus se espalhar no ambiente acadêmico, toda providência será tardia e só restará rezar e esperar. Nesse contexto essas reivindicações assumem a feição de um verdadeiro pedido de socorro.

Espanto maior é ser justamente na universidade que se trava uma batalha tão desnecessária quanto surreal: nega-se a ciência no ambiente que, por definição, devia cultuá-la, por meio de atitudes que vão do simples descaso até argumentos cientificamente insustentáveis e eticamente cínicos, como o de que tal ou qual governo em breve abolirá o distanciamento e as máscaras. Como se fosse possível decidir por decreto quando e em que condições a contaminação deixará de acontecer. Claro que falta combinar isso com o vírus.

Que a pandemia tem sido um grande negócio para alguns bilionários já é fato sabido. Na área da educação aloja-se um número considerável de grandes fortunas, algumas em fase de multiplicação. A empresa privada eufemisticamente chamada de instituição de ensino, muitas vezes com ações na bolsa de valores, deve seus lucros àquilo que alguns denominam reforma empresarial da educação, movimento impulsionado pelo capital financeiro internacional, com orientação técnica do Banco Mundial, e que descobriu a educação como lucrativa mercadoria, passando a impor à atividade educa-

Continua na página seguinte

continuação da página anterior

cional, que deveria ser emancipadora, a lógica, os modos e o linguajar de uma fábrica de qualquer coisa. Tem gestores em lugar de diretores e clientes em vez de educandos, que são abordados num declarado trabalho de captação. Logo pouca diferença haverá entre uma concessionária de veículos, um posto de gasolina e uma universidade. O professor, neste cenário, não passa de uma peça substituível, um simples elo na correia de transmissão de um ensino padronizado. Essa coisificação do mestre é que possibilita tratá-lo com tal desrespeito em que a declarada negligência com seu direito à vida e à saúde pareça natural e não cause a esperada indignação. Vale o mesmo raciocínio, é claro, para o professor do ensino básico. A agravante, no nível superior, é o agigantamento das turmas de alunos e sua inevitável aglomeração por longas horas em espaços semifechados. Na universidade não há associações de pais e mestres, para pressionar a mantenedora, e em muitas delas os centros acadêmicos simplesmente não existem. Enfim a conta fecha: educação como negócio, professores como coisa, reformas contra direitos trabalhistas, sindicatos deliberadamente enfraquecidos, embora atuantes, alunos sem representação, pandemia como fonte de enriquecimento, fim da pandemia por decreto e vamos todos ao matadouro, amém. Para resistir a essa lógica do avesso, apenas a organização consciente de professores, agindo coletivamente, como é desde sempre.

Plínio Gentil é professor da PUC-SP, doutor em Direito e em Fundamentos da Educação. Membro do Grupo de Pesquisa Educar Direito, da UFSCar. Procurador de Justiça em S. Paulo. O presente artigo foi publicado originalmente no site GGN



Luiz Carlos Vaini

Faleceu no dia 01/3 o professor Luiz Carlos Vaini, do Departamento de Ciências Contábeis Faculdade de Economia e Administração, nascido em Duartina, SP, em 28/12/1944, Vaini deixou muita saudade entre seus colegas de departamento e funcionários da faculdade, que qualificavam-no como um professor alegre, comunicativo e brincalhão, que sempre tinha uma piada para alegrar seus colegas.

O Departamento de Ciências Contábeis publicou uma nota nas redes sociais onde expressa a sua tristeza: "Que Deus o receba com muita luz e dê muita força aos amigos e familiares".

Margarida Maria Silveira Barreto

Também registramos nesta página o falecimento, ocorrido na quinta-feira, 3/3, da médica e pesquisadora Margarida Maria Silveira Barreto, professora do curso de Pós-graduação em Medicina do Trabalho da Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo. Maria era Doutora em Psicologia Social e integrante pesquisadora do Núcleo de Estudos Psicossociais de Exclusão e Inclusão Social da PUC-SP, a médica foi também precursora dos estudos sobre assédio sexual.



8 DE MARÇO 2022

PELA VIDA DAS MULHERES

Bolsonaro e Doria Nunca Mais

Por um Brasil sem machismo, racismo, LGBTQIA+fobia e fome!

SÃO PAULO - SP

MASP - 16H

CUIDADOS SANITÁRIOS